



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS/SP
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E CONTROLE

Processo: PMC.2023.00094851-82

Interessado: Secretaria Municipal de Saúde (SMS)

Assunto: Minuta de Decreto - gestão e fiscalização de Convênios e Termos de Cooperação Técnica celebrados por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde..

Sr. Secretário Municipal de Gestão e Controle (SMGC),

Em atenção ao despacho, da lavra do Secretário Municipal de Justiça Adjunto **(DOC 11916527)**, analisamos a **última versão da Minuta de Decreto acostada no DOC 11658526**, que dispõe sobre a gestão e a fiscalização de Convênios e Termos de Cooperação Técnica, celebrados por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde., e elencamos a seguir os **apontamentos tendentes ao aperfeiçoamento do texto do ato normativo** seguidos das justificativas pertinentes:

1) Ementa, arts. 1º, 2º, 3º, 4º e 10 – substituir “Termos de Cooperação Técnica” por “Acordos de Cooperação Técnica e Acordos de Adesão”.

Isso porque o art. 184 da **Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos – NLLC)** estabelece a aplicação dos dispositivos dessa Lei, no que couber e na ausência de norma específica, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração Pública, na forma estabelecida em **regulamento do Poder Executivo federal**.

Por meio do **Decreto Federal nº 11.531/2023**, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão, **o Governo Federal conceituou** em seu art. 2º, entre outros, os **institutos de Convênio, Acordo de Cooperação Técnica e Acordo de Adesão passíveis de serem celebrados inclusive com o Município**. A nomenclatura **Convênio envolve transferências de recursos**, enquanto os **acordos de cooperação técnica e de adesão** ocorrem **sem transferência de recursos**.



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS/SP
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E CONTROLE

Na mesma linha, a **Lei Federal nº 13.019/2014** (Marco Regulatório do Terceiro Setor), embora não aplicada “aos convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do § 1º do art. 199 da Constituição Federal” (participação de forma complementar no SUS); já estabelecia o **Acordo de Cooperação** como o “instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela **administração pública com organizações da sociedade civil** para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que **não envolvam a transferência de recursos financeiros**”; nos termos de seu art. 2º, VIII-A. Embora seja mais comum

Desse modo, recomenda-se a utilização das expressões previstas na legislação vigente, que demandarão a atuação do gestor e fiscal.

2) Art. 3º, § 1º - inserir “preferencialmente efetivos”, nos moldes do art. 7º, inciso I, da NLLC e remeter às vedações do art. 8º do mesmo Decreto, que aludem ao art. 7º, III cc. arts. 14, IV e 122, § 3º, da NLLC.

3) Art. 3º, § 3º - substituir “necessárias” por “relevantes” de acordo com o disposto no art. 117, § 3º da NLLC.

4) Art. 4º, inciso I – aprimorar redação para estabelecer as atribuições comuns a todos os ajustes e adicionar, ao final, aquelas específicas para ajustes com repasses de valores.

5) Art. 4º, inciso III – incluir a necessidade de consulta ao <https://www.tce.sp.gov.br/certidoes>, em cumprimento ao **Comunicado SDG nº 15/2024 emitido pelo TCESP e Nota de Controle Interno nº 09/2024** expedida pela Secretaria de Gestão e Controle.

6) Art. 4º, inciso IX – prever a possibilidade efetuar a conferência da documentação em tempo menor, a depender do ajuste. Exemplificativamente, pode haver ajuste celebrado por 6 meses com possibilidade de prorrogação. Dessa maneira, mais razoável que essas verificações ocorressem a cada trimestre.



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS/SP
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E CONTROLE

7) Art. 6º - verificar se todas aquelas atribuições são efetivamente para fiscais (e não para gestores, já que algumas delas relacionam-se especificamente ao aspecto documental do ajuste, a exemplo dos seus incisos III, IV e V. Os relatórios quadrimestrais mencionados nos incisos IV, c) e d) são de competência do gestor, nos termos do art. 4º, VIII renumerado para IX.

8) Art. 6º, inciso IV, d), e) e f) – adequar os dispositivos para exigir a fiscalização de forma diversa caso o ajuste envolva a prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, em vista dos arts. 50 e 121 da NLLC.

9) Art. 7º - a expressão “quando couber” **conflita com o art. 3º da Minuta**, que exige ao menos 1 gestor e 1 fiscal para cada ajuste. **Esses dispositivos devem ser harmonizados**, alterando-se um ou outro conforme a decisão da SMS. Dessa maneira, hachuramos em amarelo os trechos conflitantes.

Vale aqui lembrar que o **Decreto Municipal nº 20.083/2018**, que dispõe sobre a gestão e a fiscalização de contratos administrativos no âmbito da administração pública municipal, estabeleceu, em seu art. 3º, § 2º **facultou a dispensa das funções de fiscal nos contratos de baixa complexidade** (“§ 2º Nos contratos de baixa complexidade, a designação de fiscal, nos termos do caput deste artigo, poderá ser dispensada, mediante justificativa, assumindo o gestor, nestas situações, as funções do fiscal.”), situação possível de acontecer nos ajustes da saúde, inclusive nos acordos de adesão.

10) Art. 7º, § 4º - inserir em cumprimento ao Programa Nacional de Transparência Pública, cuja Cartilha da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - ATRICON, disponibilizada pelo TCESP em <https://www.tce.sp.gov.br/publicacoes/cartilha-programa-nacional-transparencia-publica-pntp> assim prescreve:



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS/SP
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E CONTROLE

9.3 Divulga a relação/lista dos fiscais de cada contrato vigente e encerrado?

- Fundamentação: Arts. 7º, VI e 8º, §1º, inciso IV, da Lei nº 12.527/2011 – LAI.
- Classificação: Obrigatória.
- Aplicável a: Executivo, Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria.

Disponibilidade:

Deve ser publicada uma relação dos nomes dos fiscais de contrato, incluindo os vigentes e os encerrados, com a indicação dos ajustes pelos quais são responsáveis.

Última Atualização: 23/02/2024 12:30:04

| Responsáveis | | | | | | | |
|----------------|--------------------|----------------|-------------|------------|------------|-------------------|----------|
| Orgão | Cargo | Tipo Atividade | Nº Contrato | DI Início | DI Término | DI Final Vigência | Situação |
| Maria Brasil | Fiscal de Contrato | Contrato | 26/2023 | 22/11/2023 | 31/12/2023 | 31/11/2024 | Vigente |
| José Brasil | Fiscal de Contrato | Contrato | 26/2023 | 22/11/2023 | 31/12/2023 | 31/11/2024 | Vigente |
| Pedro Brasil | Fiscal de Contrato | Contrato | 27/2023 | 13/11/2023 | 18/05/2024 | 18/05/2024 | Vigente |
| Maria Brasil | Fiscal de Contrato | Contrato | 27/2023 | 13/11/2023 | 31/12/2023 | 18/05/2024 | Vigente |
| Maria Brasil | Fiscal de Contrato | Contrato | 23/2023 | 29/10/2023 | 29/09/2025 | 29/09/2025 | Vigente |
| Edilson Brasil | Fiscal de contrato | Contrato | 25/2023 | 05/10/2023 | 02/01/2024 | 02/10/2024 | Vigente |

Figura 45 - Exemplo de divulgação de relação de fiscais de contratos.

Atualidade:

Considera-se que as informações estão atualizadas quando as mais recentes datarem de, no máximo 30 dias da data em que for realizada a consulta.

11) Art. 7º, § 5º (renumerado) – aperfeiçoar conforme o disposto no art. 117, § 2º.

12) Art. 12 – fazer expressa previsão à Procuradoria-Geral do Município como órgão responsável pela assessoria jurídica da Administração, nos termos do art. 84 da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 255/2020.

Todas as sugestões consignadas acima, além de outras relativas a aperfeiçoamento da redação, foram incorporadas na nova **Minuta de Decreto que segue anexa (DOC 12255502) em forma de texto com controle de alterações** para facilitar a compreensão.



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS/SP
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E CONTROLE

À consideração de V.Sa., com recomendação de envio dos autos à **Secretaria Municipal de Saúde para apreciação das alterações propostas, antes do retorno à Secretaria Municipal de Justiça – Núcleo Técnico-legislativo** para a formatação final.

Campinas, 11 de setembro de 2024.

FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE

Procuradora Municipal

OAB/SP nº 134.974